

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.399 - PR (2018/0217618-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
RECORRIDO : SOCIEDADE WM DE COMUNICACAO S/S LTDA
AGRAVANTE : SOCIEDADE WM DE COMUNICACAO S/S LTDA
ADVOGADOS : LEANDRO AUGUSTO BUCH - PR060471
PAULO TEXEIRA MARTINS - PR052711
EDIVALDO RODRIGUES - PR026963
AGRAVADO : UNIÃO
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pela SOCIEDADE WM DE COMUNICAÇÃO S/S LTDA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. RADIODIFUSÃO. PERMISSÃO. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO. ATO OMISSIVO. INEXISTÊNCIA. QUESTÕES DE ORDEM TÉCNICA.

1. Cabe ao Poder judiciário intervir no procedimento administrativo desde que evidenciada a conduta omissiva da administração, sem justificativas relevantes, em afronta ao direito do administrado à razoável duração do processo administrativo e, em decorrência, ao princípio da eficiência, estando, a omissão do Estado, sujeita ao controle do Poder Judiciário, que tem o dever de preservar lesões ou ameaça a direitos.

2. A alegada tramitação exagerada do processo administrativo, cujo objeto é a autorização para alteração do local de instalação de equipamentos transmissores para serviço de radiodifusão de imagens e sons, não denota mora da administração e desatenção ao constitucional preceito e basilar garantia do administrado à razoável duração do processo, tendo em vista a divergência entre a motivação para a alteração do endereço e a prova técnica" (fl. 1.269e).

Opostos Embargos Declaratórios, restaram rejeitados pelo aresto de fls. 1.299/1.300e.

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente violação aos arts. 2º, **caput**, e parágrafo único, VI, VII e VIII, 48 e 50, I e II, da Lei 9.784/91, argumentando que "a decisão da administração de não autorizar a mudança de endereço viola o direito da parte Autora, porque acabará por impedir a execução da atividade concedida, violando não apenas o

interesse da concessionária, mas de toda a população local e, em última instância, do próprio poder concedente" (fl. 1.332e).

Afirma que, "no caso dos autos, como consta do voto vencido, a prova técnica não deixou qualquer dúvida no sentido de que a mudança de endereço não prejudicará a qualidade do serviço prestado, razão pela qual inexistem argumentos aptos a obstar a mudança de endereço que, como dito, é vital e necessária à manutenção das atividades da recorrente" (fl. 1.333e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.354/1.365e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 1.376/1.378e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.409/1.415e).

Apresentada a contraminuta a fls. 1.425/1.433e.

A irresignação não merece acolhimento.

Com efeito, a Corte de origem concluiu pela manutenção da sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, nos seguintes termos:

"Saliento que o objeto da lide não trata especificamente de outorga ou renovação de permissão, mas de autorização para alteração do local de instalação de equipamentos transmissores, bem como de aplicação de multas administrativas em relação a isso.

Com a devida vênia, ainda que se possa considerar a demora do Poder Público Concedente em analisar a questão relativa ao funcionamento de serviço de radiodifusão de sons e imagens, como é o caso da presente ação, tenho que descabe ao Poder Judiciário conceder a autorização da alteração de localização, no presente caso, sob pena de interferência indevida na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

A esse entendimento, corrobora o fato de que a prova técnica judicial (Eventos 112 e 141) esclareceu que o endereço que pretende a parte autora seja autorizado encontra-se mais distante do município de Cambé/PR, localidade para onde foi autorizada a irradiação dos sinais, não havendo, ao contrário do alegado, impedimento dos mesmos por qualquer obstáculo.

(...)

No caso concreto, a alegada tramitação exagerada do processo administrativo, cujo objeto é a autorização para alteração do local de instalação de equipamentos transmissores para serviço de radiodifusão de imagens e sons, não denota, ao contrário do que alega a parte autora, mora da administração ou desatenção ao preceito constitucional de garantia do administrado à razoável duração do processo, tendo em vista a divergência entre a motivação para a alteração do endereço e os dados da prova técnica judicial.

Conforme bem salientado pela sentença, descabe a incursão do Poder Judiciário nessa seara, tendo em vista que a decisão deve-se

atrelar à análise do mérito administrativo (conveniência e oportunidade de alteração do endereço da estação terrena da parte autora), bem como à alteração de potência para funcionamento no novo local, que exige análise técnica detalhada, levando em conta a irradiação para área diversa da permissão inicial (Cambé/PR), assim como o fato de que a nova localização da antena se afasta consideravelmente da localidade objeto da permissão.

Por fim, também não merece procedência a pretendida anulação das multas, uma vez que são impostas em razão da inexistência de autorização de funcionamento em localidade diversa" (fls. 1.266/1.267e).

Neste contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora